

Introdução

Neste livro, a autora expõe vários textos escritos por ela mesma acerca da temática da educação inclusiva. Estes textos foram escritos em momentos diferentes, mas colaboram, segundo ela, para esclarecimentos sobre a questão em foco. Para Rosita, é importante colocar os pingos nos “is”, pois a diversidade de ideias e práticas acerca da educação inclusiva gera uma confusão de significados e sentidos que, conseqüentemente, acabam por provocar dúvidas e resistências por parte dos educadores na implantação de processos inclusivos.

1. Correntes teóricas e sua influência no processo educacional.

Neste capítulo, Rosita fará uma análise das correntes teóricas e o impacto de cada uma delas na educação, sobretudo à educação inclusiva, entendendo que, assim, é possível visualizar o que permaneceu e o que mudou na “humanização do Homem” ao longo de sua história.

Em poucas palavras, a autora identifica a origem da educação à origem da história do próprio homem. Afirma que na antiguidade primitiva a educação era, essencialmente, prática, voltada às necessidades cotidianas e era transmitida de geração para geração por meio da oralidade e de exemplos práticos. Na antiga Grécia, era proclamada a formação integral do homem denominada de Paideia. No entanto, como alerta Rosita, havia uma educação mais prática destinada aos escravos e aos guerreiros e outra do “espírito” (intelectual) para os homens livres, ou seja, que não precisavam prover seu sustento material. Na idade Média, com a influência massiva do cristianismo, destaca-se a educação do espírito voltada, sobretudo, aos nobres e cleros. Com o renascimento, ressurgem os valores Greco-romanos para a educação destinados, mais, aos estudos da natureza (astronomia, matemática, artes, medicina, biologia, etc.). Os conceitos de universalidade e individualidade emergem como fundamentos da educação moderna. A universalidade, contudo, apresenta caráter elitista e segregacionista já que, segundo Gadotti (1995), citado pela autora, aos trabalhadores deveria ser destinada uma educação para o trabalho e, aos dirigentes, voltada à arte de governar. Além da diferenciação em função da classe social acrescentem-se as diferenças individuais como parâmetros para estabelecer a quantidade e qualidade da educação destinada a cada pessoa. Nesse contexto é inerente na sociedade, o processo de exclusão educacional a que são submetidos tantos alunos, especialmente aqueles que apresentam algum tipo de deficiência.

De uma visão positivista da educação, na qual cada um deveria ocupar seu devido lugar em função de suas aptidões pessoais e da classe social a que pertencesse, passa-se, por meio da crítica pedagógica, para o escolanovismo, movimento que tem como lema o “aprender fazendo”, deslocando, para o aluno, a centralidade do processo educativo.

Da crítica do positivismo e da escola nova surge um movimento socialista na e para a educação, iniciando-se nas camadas populares. Destes, os ideais pedagógicos de Paulo Freire são referendados pela autora como referência de uma educação socialista.

Guardadas as diferenças teóricas entre as correntes emergentes no século XX, cabe salientar que elas apresentam um traço comum: a centralidade do educando no processo de ensino-aprendizagem.

Contrapondo-se a natureza excludente da sociedade e da educação moderna, desabrocha um movimento de inclusão apoiado por vários segmentos da sociedade. Ainda em clima de discussão, sobretudo, em fóruns de discussão especiais, muitas dúvidas e incertezas acometem pais, educadores e comunidade que acabam por criar resistências na promoção de processos inclusivos. Cabe, portanto, incluir família, escola e comunidade nas discussões acerca da educação inclusiva a fim de elaborar e efetivar projetos inclusivos que atendam às diferenças. Para isso, a escola não pode ser vista e pensada apartada da sociedade. Deve ser antes de tudo, “espaço da alegria” (p.32) no qual os interesses e necessidades de todos e de cada um são considerados e valorizados.

2. A contribuição da história da filosofia da ciência para a proposta de educação inclusiva.

Analisando a história da filosofia da ciência, brevemente, a autora identifica que há um processo em curso, que emergiu no século XX, da exclusão para a inclusão.

Do ápice do positivismo, essencialmente excludente, no qual cada um deveria ser educado em função do lugar social ocupado e das aptidões pessoais, passa-se à crítica em meados dos anos 50 chegando até mesmo a “negação da necessidade de haver método para se fazer ciência” (p.33). Esse movimento crítico evolui para a teoria quântica e o misticismo oriental que apontam para a necessidade de estudar e compreender o mundo e suas relações. Esse processo, segundo Rosita, caminha para a evolução “...da dimensão do ‘eu’ para a do ‘nós’ e, desta, para a de ‘todos nós’ numa extraordinária dinâmica em espiral...”(p.34).

Assim como no campo da ciência, também no da educação percebe-se processo semelhante culminando hoje, nos primórdios do século XXI, no movimento pela educação inclusiva. A educação inclusiva, para a autora, significa não oferecer educação igual a todos mas, antes e acima de tudo, oferecer a cada um de acordo com seus interesses e necessidades, a educação que lhe é adequada. Para ela,

A palavra da ordem é equidade, o que significa educar de acordo com as diferenças individuais, sem que qualquer manifestação de dificuldades se traduza em impedimento à aprendizagem. (p.35)

Para caminhar em direção a uma escola efetivamente inclusiva, Rosita apresenta quatro fatores que devem ser modificados a fim de se alcançar uma educação inclusiva. São eles:

☐ *As condições sociais e econômicas de nosso país e que têm acarretado a desvalorização do magistério fazendo com que, muitas vezes, as escolas funcionem como espaços de abrigar e de cuidar os alunos em vez de serem espaços para a construção do conhecimento e de exercício da cidadania;*

☐ *As condições materiais em que trabalham nossos professores;*

☐ *Sua formação inicial e continuada;*

☐ *As condições requeridas para que a aprendizagem se efetue em, “clima” prazeroso e criativo. (p.37)*

3. A autorização da diferença de pessoas com deficiência.

Neste capítulo, a autora discute os discursos atribuídos às pessoas com deficiência na contemporaneidade. De modo geral, os sentidos identificados são fruto de uma visão médica ou matemática nas quais se estabelece um padrão a partir do qual as pessoas estão ou não inseridas num determinado conjunto, da normalidade ou da anormalidade. Esses modelos são essencialmente excludentes, pois aqueles que não se encaixam nos atributos da “normalidade” são excluídos. Além disso, ao estabelecer um padrão de normalidade, toda e qualquer atitude de inclusão, nesses modelos, se dá por meio da negação das diferenças e do reforço dos comportamentos considerados dentro dos padrões de normalidade.

Contrapondo-se a essas visões que rotulam as pessoas em dois grupos contrários e excludentes, Rosita defende que é necessário estabelecer relações de alteridade sem tentar classificar ou categorizar as pessoas em função de padrões preestabelecidos a partir de uma lógica binária (ser ou não ser, normal ou anormal). Para tanto, a autora, valendo-se de uma análise desenvolvida por um rabino – Bonder – acerca da classificação dos frutos, propõe que se adote, nos estudos e nas práticas, uma visão tetralética na qual outras possibilidades são aceitas além de somente duas posições opostas.

4. A exclusão como processo social.

O processo de exclusão, na sociedade capitalista, se dá por meio da inclusão marginal, ou seja, exclui-se para depois reincluir em condições adversas. Os fatores de exclusão são de duas ordens: biopsicossociais e sociais; os primeiros dizem respeito às deficiências físicas, intelectuais, psicológicas, e o segundo refere-se às desigualdades sociais que geram diferenças entre os indivíduos. Essa classificação tem como parâmetros valores, comportamentos, cultura, entre outros, definidos como “normais”, como já foi explicado no capítulo anterior. Os processos de exclusão se manifestam em práticas de hostilidade, rejeição, segregação, humilhação, ocasionando, por sua vez, a organização desses excluídos em grupos, através de movimentos sociais, que buscam lutar pelos seus direitos de cidadãos.

Diante da relação entre os sujeitos, práticas de inclusão se manifestam. Estas, contudo, são mais de ordem mecânica, ou seja, natural, que orgânica, consciente e deliberada. Cabe, na atualidade, alavancar propostas de efetiva inserção sendo necessário, para isso, trabalhar num duplo sentido: com os próprios excluídos e com os demais integrantes da sociedade para que desenvolvam atitudes de acolhimento. Essas ações de inserção envolvem desde aspectos físicos do ambiente como os simbólicos. Salienta a autora que as representações simbólicas que se têm dos deficientes são as mais difíceis de serem transpostas porque são instituintes, ou seja, o discurso que se tem da realidade constitui a própria realidade, pois representa o sentido que se atribui às coisas, pessoas, acontecimentos, gerando um imaginário individual e coletivo sobre o mundo, inclusive sobre os deficientes, que orientam as relações e práticas dos e entre os sujeitos. “O imaginário, mais do que cópia do real, é uma forma de ligar as coisas ao eu, ou de plasmar visões de mundo, modelando condutas e estilos de vida” (p.53).

O processo de exclusão dos deficientes/diferentes na sociedade atual vem se dando, muitas vezes, pela sua inserção nos sistemas regulares de ensino sem, contudo, promover as condições necessárias tanto para os deficientes como para os demais membros da escola para que a inserção educacional seja efetiva. A exclusão, nas escolas, se manifesta no fracasso escolar de várias ordens: defasagem idade-série, crianças fora da escola, evasão escolar, mecanismos de aceleração para compensar os fracassos, más condições de trabalho dos profissionais da educação, formação inicial e continuada deficitária, dentre tantos outros.

Como se evidencia, há vários mecanismos, na escola, que podem afetar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos que não dependem, única e exclusivamente, dos atores principais desse processo, ou seja, dos professores e dos alunos. Aos professores cabe o rótulo de incompetentes e aos alunos de deficientes. Assim, ressalta Rosita, cabe conhecer e compreender os contextos nos quais ocorre a aprendizagem a fim de evitarmos, simplesmente, rotular os sujeitos sem levar em consideração as condições nas quais ocorreram os problemas de aprendizagem. Alerta a autora que:

...transformar questões sociais em biológicas tem sido chamado de biologização, entender que as dificuldades de aprendizagem de inúmeros alunos traduzem um seu "defeito", chama-se patologização e a busca de soluções, fora do eixo de discussão de natureza político-pedagógico, é denominada medicalização do processo ensino-aprendizagem (Collares e Moysés, 1996 apud Carvalho, 2004: 59).

Diante dessa trajetória analítica, Rosita esclarece sua posição frente à inclusão: é a favor desde que sejam geradas as condições necessárias para que, efetivamente, se dê a inserção dos deficientes nos processos de ensino-aprendizagem respeitando suas diferenças e lhes proporcionando condições de desenvolvimento. É contrária, portanto, a qualquer projeto e prática dita inclusiva, mas que, de fato, provoca uma exclusão camuflada de inclusão. Nesse sentido, reforça a autora a necessidade de não só mudar os discursos referentes à educação inclusiva, mas, além disso, intervir no próprio cotidiano escolar, nas práticas pedagógicas, nas relações entre escola, família, comunidade, na formação inicial e continuada dos professores, nas suas condições de trabalho, etc.

5. Educação inclusiva: alguns aspectos para a reflexão.

Rosita considera que uma mensagem é passível de várias interpretações caso as premissas fundamentais não sejam objeto de uma reflexão crítica. Por esta razão, a proposta deste capítulo é, justamente, discutir alguns aspectos relevantes para uma educação inclusiva, organizados conforme itens a seguir:

1) Aspectos denotativos e conotativos de alguns termos frequentemente utilizados em nossas narrativas:

- a) educação: consiste no processo de formação integral do motor, envolvendo aspectos físicos, motores, psicomotores, intelectuais, afetivos e político-sociais;
- b) educação especial: apoiando-se na LDB (1996) e nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), entende-se por educação especial o provimento das condições necessárias especiais, para que as pessoas com necessidades educacionais especiais possam desenvolver todas as suas potencialidades no processo de escolarização seja em escolas regulares ou não;
- c) integração e inclusão: "No modelo organizacional que se construiu sob a influência do princípio da integração, os alunos deveriam adaptar-se às exigências da escola e, no da inclusão, a escola é que deve se adaptar às necessidades dos alunos." (p.68);
- d) igualdade e equidade: igualdade refere-se à uniformização e equidade significa dar a cada um segundo suas diferenças e necessidades;
- e) necessidades especiais e necessidades educacionais especiais: a autora considera de suma importância discutir exhaustivamente esses conceitos tomando-se o cuidado para não rotular indiscriminadamente as pessoas;

2) Quem são os excluídos?

De modo geral, todas as crianças que não frequentam a escola ou que não são assistidas de forma apropriada para seu desenvolvimento integral, são consideradas excluídas. Somem-se a isso, os dados estatísticos que demonstram a distância no atendimento entre a educação básica e o ensino médio e, mais grave ainda, a baixíssima oferta àqueles com necessidades especiais.

3) Fatores que contribuem para a exclusão escolar:

Alguns fatores são apresentados pela autora, salientando que não são os únicos, mas que estão sempre presentes: modelo social e econômico do país, políticas públicas e sociais, prática pedagógica, organização dos sistemas educacionais.

4) Por que tantas leis?

A esta constatação a autora considera que diz respeito ao fato de o Brasil fazer parte de organizações internacionais e, por esta razão, deve seguir algumas diretrizes comuns a todos os que participam desses organismos. Deve-se, contudo, estudar o modo como os países latino-americanos estão implementando essas diretrizes, colaborando para a organização de nossa educação.

5) Políticas públicas e sociais para a educação de qualidade para todos e com todos:

O forte apelo mercadológico que permeia as políticas públicas dificulta a organização de uma sociedade e educação inclusivas. A predominância não deveria ser econômica e sim social.

6) Remoção de barreiras para a aprendizagem e para a participação:

Este é o lema principal da educação inclusiva: derrubar todas as barreiras internas e externas à educação para garantir o acesso, a permanência e o sucesso de todos os alunos no processo de escolarização.

7) Produção sistemática de estudos e pesquisas com análise científica dos dados:

A autora apela, aqui, para a necessidade de produzir pesquisas com metodologia adequada, análise bibliográfica, coletando e analisando dados, de modo sistemático e rigoroso.

8) Resistências em relação à proposta de educação inclusiva:

As resistências para a efetivação de uma proposta de educação inclusiva são muitas entre vários segmentos da sociedade. Devem ser encaradas como barreiras a serem removidas. A superação das resistências implica compreender suas origens e trabalhar sobre elas.

6. Concepções, princípios e diretrizes de um sistema educacional inclusivo.

Para Rosita, os documentos já produzidos acerca da educação, tais como a Constituição, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, a Declaração de Salamanca e Linha de Ação, dentre tantas outras, apresentam as ideias fundamentais para que se elaborem propostas de educação inclusiva.

A globalização da economia traz em seu bojo uma maior competitividade e desigualdades entre os países dificultando, ainda mais, a efetivação de projetos educacionais inclusivos. Desse modo, somente estar contido nos textos das leis e documentos oficiais os princípios da inclusão, não garante sua concretização. Como afirma Rosita, “mais que prever há que prover recursos de toda a ordem, permitindo que os direitos humanos sejam respeitados, de fato” (p.79).

Há de se organizar os meios internos e externos à escola, para implementar propostas inclusivas, já que os princípios e fundamentos necessários para a elaboração de projetos de inclusão são os ideários democráticos tão bem elucidados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Fundamentado nesse ideal, um sistema de educação inclusivo deve efetivar:

O direito à educação; o direito à igualdade de oportunidades, o que não significa um “modo igual” de educar a todos e sim dar a cada um o que necessita, em função de suas características e necessidades individuais; escolas responsivas e de boa qualidade; o direito de aprendizagem; e o direito à participação. (p.81)

7. Políticas públicas para a educação inclusiva.

Educação inclusiva vem sendo sinônimo para muitos como a transferência de alunos da educação especial para as escolas regulares. Essa ideia pressupõe o “desmonte da educação especial” sem, contudo, prover as escolas regulares das condições necessárias para assegurar que esses alunos estarão sendo bem atendidos.

A educação inclusiva, destaca a autora, não se restringe aos alunos com deficiências, ao contrário, ela deve atender as necessidades e diferenças de todas as pessoas indiscriminadamente. Os recursos, atendimentos, apoio, acompanhamento, enfim, todas as condições necessárias para que os alunos possam desenvolver todas as suas potencialidades, devem ser asseguradas.

Diante do quadro de exclusão e deficiência da educação, em 1981 a UNESCO elaborou um Projeto Principal no qual foram apontados como objetivos urgentes: erradicação do analfabetismo, melhoria da qualidade e eficiência dos sistemas educacionais e universalização da educação. Foi sugerido o sistema de colaboração intra e entre os países para a concretização desses objetivos. Esse Projeto Principal e seus desdobramentos nos diferentes países do mundo foram sendo discutidos em encontros periódicos. Destes, o sétimo, ocorrido em 2001 em Cochabamba, na Bolívia, teve como resultado a Declaração de Cochabamba sobre Políticas Educativas para o século XXI. A autora destaca algumas orientações contidas nesse documento: necessidade de acelerar as mudanças nos sistemas educacionais para acompanhar as em curso na sociedade, a educação é primordial para o desenvolvimento humano, flexibilização da escola, autonomia pedagógica e de gestão das escolas, participação de outros atores nas instituições educativas,

uso de novas tecnologias da informação e comunicação nos processos pedagógicos. Para Rosita, o desafio, no Brasil é:

A tarefa, nada fácil, por sua extensão e complexidade é fazer prevalecer, nas políticas públicas brasileiras, os objetivos e diretrizes que atendam às recomendações dos organismos internacionais aos quais estamos afiliados, garantindo a todos, o que a letra de nossas próprias leis assegura. (p.91)

A autora, para concluir, elenca alguns pontos negativos que permeiam as políticas sociais brasileira, incluindo aí a educação: falta de articulação entre os ministérios para a promoção efetiva dos direitos dos cidadãos (saúde, educação, trabalho), recursos financeiros, falta de valorização do magistério. Os pontos positivos são: instituição dos parâmetros curriculares nacionais, programa do livro didático, capacitação de professores por meio de TV, municipalização da merenda, reforma do Ensino Médio, reforma do ensino técnico, diretrizes curriculares para os cursos de graduação, sistema de avaliação.

8. Planejamento e administração escolar para a educação inclusiva.

Uma proposta de educação inclusiva deve ser entendida não só como um direito de todos, mas sobretudo, como um dever a ser assumido pelo Estado com a participação efetiva de toda a sociedade em todas as etapas para sua concretização desde o planejamento até as ações práticas.

Deve-se adotar um outro modelo de planejamento e administração no qual participam, efetivamente, representantes dos diferentes setores da educação. É necessário que os administradores disponham de “autoridade profissional” (p.101), ou seja, que tenham acúmulo de experiências e conhecimentos na área. Além disso, uma outra dimensão deve fazer parte do perfil da administração: a vontade, o ideal de atender o bem comum. O papel do administrador é possibilitar a articulação daqueles que planejam com os que executam e vice versa.

As escolas contam com autonomia para elaborar seus projetos político-pedagógicos, mas devem se pautar nas orientações dadas pelas Secretarias de Educação que, por sua vez, adotam as diretrizes provenientes do MEC. Este, no cumprimento de seu papel, inspira-se nas diretrizes elaboradas pelos organismos internacionais.

Internamente, mudanças devem ser expressas, com base nos princípios da educação inclusiva, nas salas de aula, na prática pedagógica, nos recursos tecnológicos, entre outras estratégias a fim de ressignificar o trabalho pedagógico.

9. A função da escola na perspectiva da educação inclusiva.

A escola que se tem hoje é, pela sua própria natureza, excludente. Este fato é demonstrado pela autora através de dados estatísticos que revelam que 2/3 dos alunos ingressantes no ensino fundamental não chegam ao ensino médio.

Verificam-se, também, atualmente, projetos em andamento que objetivam a inclusão dos alunos deficientes nas escolas regulares.

Práticas inclusivas em uma escola com práticas de exclusão. E a escola não é inclusiva porque a sociedade não o é. Eis a realidade.

Uma educação inclusiva pressupõe, não só a inserção dos alunos independente das diferenças que apresentem, mas sobretudo, a permanência e a garantia de desenvolvimento de todas as potencialidades de cada um. Vê-se que a função da escola não é a de selecionar, segregar. A função da escola, numa sociedade e educação inclusiva, é o desenvolvimento do próprio ser humano respeitando as diferenças e necessidades de cada um.

10. Removendo barreiras para a aprendizagem e para a participação na educação inclusiva.

Nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, de 2001, ampliou-se, significativamente, o significado do termo educação especial, incluindo nesse leque, alunos já inseridos nas escolas regulares não considerados, até então, deficientes. Alunos com necessidades educacionais especiais são aqueles que apresentam, no processo educativo, dificuldades de aprendizagem e, segundo Rosita, analisando as falas de alguns educadores, qualquer aluno pode ser considerado especial.

Há um ponto positivo considerado pela autora ao ampliar o sentido do termo “especial”: requer que o foco seja posto nos alunos, no sentido de os profissionais da educação serem chamados a responder às necessidades de aprendizagem dos alunos. Para tanto, é necessário proporcionar formação continuada aos professores a fim de que conheçam os tipos e estilos de aprendizagem de seus alunos possibilitando a organização de práticas pedagógicas adequadas ao perfil de cada um.

Há aspectos negativos que devem ser evidenciados a fim de serem eliminados. A própria representação que os professores têm acerca de trabalhar com crianças com deficiências é um deles. Esse preconceito tende a ser estendido já que o conceito de especial foi ampliado. Normalmente uma parte significativa dos profissionais alega despreparo para elaborar e desenvolver processos de aprendizagem com alunos com necessidades especiais sem, contudo, questionar, quais e como as próprias práticas pedagógicas podem elevar os índices de fracasso escolar aumentando o número de alunos considerados “especiais”. Em geral, são atribuídas aos alunos as causas por seu fracasso.

Além dessas barreiras a serem transpostas, há as oriundas das desigualdades sociais e econômicas que geram outras desigualdades como educacionais e culturais.

A quem cabe derrubar as barreiras institucionais, profissionais, sociais, econômicas, políticas, enfim, todas as que bloqueiam a prática de uma educação inclusiva? Todos os membros da sociedade são responsáveis por esse trabalho árduo já que os “culpados” pelo fracasso escolar não são só os profissionais da educação, ao contrário, há vários outros fatores que influenciam no desenvolvimento do aluno que fogem ao controle dos professores.

Independente do locus das barreiras, elas devem ser identificadas para serem enfrentadas, não como obstáculos intransponíveis e sim como desafios aos quais nos lançamos com firmeza, com brandura e muita determinação. (p.129)

11. Experiências de assessoramento a sistemas educativos governamentais na transição para a proposta inclusiva.

Para Rosita, vive-se, hoje, um processo de transição para uma proposta de educação inclusiva da qual ele vem participando, bem como outros tantos profissionais da área, no assessoramento a sistemas governamentais ou não. Dessas experiências de assessoria a autora levanta, analisa e compila dados para o desenvolvimento de suas pesquisas na temática em foco, entendendo, como Demo (1997) que a pesquisa é um valioso princípio de prática educativa. Muitas das análises efetuadas pela autora nas suas pesquisas encontram-se discutidas nos capítulos deste livro.

Do ponto de vista do trabalho mesmo de assessoramento, girava em torno de palestras, visitas às escolas, observação, reuniões com profissionais da educação, estudos teóricos, análise da legislação. A participação, nesse processo, incluía gestores, professores do ensino regular e especial.

Ressalta Rosita que os estudos teóricos e a clareza conceitual é de suma importância no processo de elaboração e implementação de uma proposta de educação inclusiva, mas não depende só de fundamentação teórica, depende também e, sobretudo, de “competência política” (p.140)

Do mesmo modo, o conhecimento e compreensão dos textos legais acerca da educação não garantem, por si só, a efetivação da educação inclusiva, mesmo porque há algumas controvérsias oriundas do entendimento ou da omissão da lei como, por exemplo, a questão “a quem cabe a iniciativa e o financiamento das ações: se à educação especial ou ao ensino regular” (p.146).

12. Os pingos nos “is” da proposta de educação inclusiva.

Após colocar vários pingos nos “is” sobre educação inclusiva, a autora elegeu, neste último capítulo, mais alguns aspectos que devem ser postos em discussão para esclarecimentos.

Educação inclusiva e o ideal da educação de qualidade para todos: entende-se, erroneamente, que a Declaração Mundial de Educação para Todos, fruto da Conferência realizada, em 1990, em Jomtien, destina-se aos alunos do ensino regular e que a oriunda da Conferência de Salamanca, refere-se aos deficientes. Rosita esclarece que ambas dizem respeito à educação inclusiva que tem como foco todos os alunos, indiscriminadamente.

A inclusão educacional escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: refere-se não só à socialização, mas também ao processo de apropriação de conhecimentos. Para tanto, deve-se atentar para a exigência de considerar, na elaboração e implementação de propostas inclusivas, para as seguintes questões: a individualidade que requer estratégias que atendam as necessidades e interesses de cada um, o respeito e valorização das identidades, a busca de equidade e, por fim, a remoção de todas e quaisquer barreiras que impeçam a aprendizagem e a participação de todos.

O projeto político-pedagógico da escola sob a ótica da inclusão: o projeto político-pedagógico da escola exige a clareza dos valores que orientam as ações da escola, os objetivos a serem alcançados, os meios a serem utilizados, enfim, é uma verdadeira “carteira de identidade” (p.158) de cada escola. Para a elaboração de um projeto de educação inclusiva, três dimensões devem se fazer presentes: cultural (aspectos filosóficos, princípios, valores), política (abarcando as relações na escola, com a família, a comunidade) e a prática (prática pedagógica).

Formação de educadores: mudanças devem ser efetuadas nos projetos de formação inicial com base na educação inclusiva. Importante, também, é a formação continuada que deve incluir cursos de aperfeiçoamento e espaços de discussão. O foco dos processos formativos deve recair sobre a intrínseca relação entre teoria e prática.

Adequações na prática pedagógica: a elaboração de uma outra proposta de educação requer, conseqüentemente, adequações curriculares que devem ser debatidas.

O processo de avaliação: no modelo clínico, a avaliação consiste no diagnóstico visando o tratamento adequado. Do ponto de vista de uma educação inclusiva, objetiva repensar as práticas pedagógicas e as políticas educacionais a fim de se buscar o sucesso de todos na aprendizagem e participação.

Estudos e pesquisas como ações indispensáveis aos processos educativos: A pesquisa deve ser tomada como princípio formativo que possibilita compreender as práticas e ressignificá-las.